

### **5.1.3. Função Agricultura**

No contexto de grave crise financeira internacional, a safra 2008/2009 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade do Governo de agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à população e a geração de produção para o mercado externo.

Mesmo com os reflexos dessa crise e os problemas climáticos no sul do país, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 135 milhões de toneladas.

Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2008 o setor representou 37% das exportações totais do país, em 2009 essa participação aproxima-se de 50% do total.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, o Governo estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio.

O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural e reforço do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural e, ainda, para o apoio à comercialização.

Além disso, foram adotadas medidas especiais para as cooperativas agrícolas, pesqueiras e agroindustriais. Para 2010, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária em condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural.

Melhor tecnologia aplicada aos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra de 142 milhões de toneladas de grãos e cereais.

Por sua vez, a superação da crise por grande número de países deverá proporcionar reaquecimento progressivo do mercado agrícola internacional. Já em 2009, a China transformou-se no maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro e a expectativa é que essa demanda

chinesa continue subindo em ritmo acelerado, especialmente por produtos como a carne de frango, que, recentemente, teve abertura para o Brasil. Outro mercado de grande potencial de crescimento, a Índia, vem se tornando importante parceiro comercial. Em 2009, o país foi o segundo destino mais importante para o açúcar brasileiro, superado apenas pela Rússia.

Nesse sentido, as ações governamentais que têm possibilitado a melhoria da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros são essenciais para a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações, especialmente de carnes, cujas exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento do setor produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos.

Além disso, a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro torna-se cada vez mais dependente de percepções externas relativas à sustentabilidade ambiental e social da produção agropecuária, apresentando novos desafios de modernização e adaptação do setor produtivo e governamental.

No período de janeiro a dezembro de 2009, as exportações do agronegócio somaram US\$ 64,756 bilhões, 9,8% menor que o mesmo período de 2008. A queda do valor exportado resultou, principalmente, da redução dos preços das principais mercadorias exportadas pelo Brasil.

O índice de preços das exportações do agronegócio apresentou redução de 9,4% enquanto o *quantum* exportado manteve-se praticamente constante (-0,4%).

O valor das importações também apresentou redução, de 16,9% no período, totalizando US\$ 9,823 bilhões. O saldo comercial do agronegócio contraiu-se de US\$ 59,986 bilhões para US\$ 54,933 bilhões.

Alguns segmentos apresentaram aumento do valor exportado, a saber: complexo sucroalcooleiro (23,4%), fumo e seus produtos (10,7%), animais vivos (12,8%), produtos hortícolas (34,3%) e produtos apícolas (47,8%). Os demais setores apresentaram retração no valor exportado.

**BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDOS - US\$ MIL**

SETORES	JANEIRO - DEZEMBRO/ 2009			JANEIRO - DEZEMBRO/ 2008			VAR. %	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
<b>PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL</b>	<b>15.269.242</b>	<b>1.506.119</b>	<b>13.763.123</b>	<b>19.535.392</b>	<b>1.564.291</b>	<b>17.971.101</b>	<b>-21,8</b>	<b>-3,7</b>
CARNES	11.787.227	265.904	11.521.323	14.545.484	266.186	14.279.298	-19,0	-0,1
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	2.041.066	156.304	1.884.762	3.140.208	257.725	2.882.484	-35,0	-39,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	536.794	115.627	421.167	573.287	146.707	426.580	-6,4	-21,2
ANIMAIS VIVOS	471.141	26.364	444.776	417.582	32.182	385.400	12,8	-18,1
PESCADOS	194.664	675.114	-480.449	269.286	648.323	-379.037	-27,7	4,1
LÁCTEOS	167.478	266.794	-99.316	541.590	213.159	328.431	-69,1	25,2
PRODUTOS APÍCOLAS	70.872	12	70.860	47.956	9	47.947	47,8	26,5
<b>PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL</b>	<b>49.486.390</b>	<b>8.316.871</b>	<b>41.169.519</b>	<b>52.271.075</b>	<b>10.255.903</b>	<b>42.015.171</b>	<b>-5,3</b>	<b>-18,9</b>
COMPLEXO SOJA	17.239.708	72.651	17.167.057	17.980.184	106.851	17.873.333	-4,1	-32,0
COMPLEXO SUCRALCOOLEIRO	9.715.971	2.363	9.713.608	7.873.074	831	7.872.244	23,4	184,5
PRODUTOS FLORESTAIS	7.222.872	1.735.185	5.487.687	9.326.149	2.554.385	6.771.764	-22,6	-32,1
CAFÉ	4.278.940	16.383	4.262.557	4.763.069	8.380	4.754.689	-10,2	95,5
FUMO E SEUS PRODUTOS	3.046.032	67.222	2.978.810	2.752.032	49.300	2.702.733	10,7	36,4
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.206.966	3.225.570	-1.018.604	-17,6	-20,7
SUCOS DE FRUTA	1.751.828	16.358	1.735.470	2.151.783	15.162	2.136.621	-18,6	7,9
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.260.340	755.187	505.153	1.587.384	969.097	618.287	-20,6	-22,1
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	871.153	460.542	410.611	1.033.135	444.917	588.218	-15,7	3,5
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	659.402	413.239	246.163	798.550	419.713	378.836	-17,4	-1,5
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	411.106	245.204	165.901	447.134	233.567	213.566	-8,1	5,0
CACAU E SEUS PRODUTOS	352.338	274.433	77.905	400.636	215.749	184.887	-12,1	27,2
BEBIDAS	234.191	350.723	-116.532	273.194	329.617	-56.423	-14,3	6,4
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	191.511	32.856	158.655	208.232	36.480	171.752	-8,0	-9,9
PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	161.327	585.146	-423.819	120.117	743.829	-623.712	34,3	-21,3
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	137.022	572.154	-435.132	166.221	707.179	-540.958	-17,6	-19,1
RAÇÕES PARA ANIMAIS	102.566	139.259	-36.694	147.611	181.174	-33.562	-30,5	-23,1
PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	31.525	19.956	11.568	35.604	14.105	21.499	-11,5	41,5
<b>TOTAL</b>	<b>64.755.631</b>	<b>9.822.990</b>	<b>54.932.642</b>	<b>71.806.467</b>	<b>11.820.195</b>	<b>59.986.273</b>	<b>-9,8</b>	<b>-16,9</b>

Fonte: Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Na análise por país, verificou-se aumento das vendas para a China (12,4%), Índia (442,6%), Hong Kong (5,2%), Arábia Saudita (5,1%), Coréia do Sul (28,0%), Emirados Árabes Unidos (49,8%) e Irã (20,0%).

### EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR PAÍSES - US\$ MIL

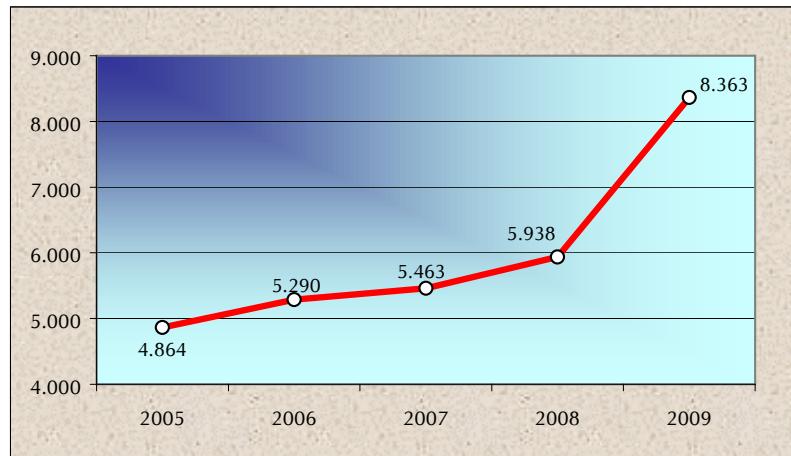
PAÍSES	JANEIRO - DEZEMBRO		VAR % 2009/2008	PARTICIPAÇÃO	
	2009	2008		2009	2008
CHINA	8.915.881	7.930.975	12,4	13,8	11,0
PAISES BAIXOS	4.964.835	6.531.259	-24,0	7,7	9,1
ESTADOS UNIDOS	4.549.640	6.249.474	-27,2	7,0	8,7
RUSSIA,FED.DA	2.785.478	4.187.630	-33,5	4,3	5,8
ALEMANHA	2.775.714	3.107.992	-10,7	4,3	4,3
BELGICA	2.273.530	2.551.187	-10,9	3,5	3,6
INDIA	1.792.863	330.394	442,6	2,8	0,5
ITALIA	1.792.492	2.752.984	-34,9	2,8	3,8
JAPAO	1.783.924	2.441.931	-26,9	2,8	3,4
FRANCA	1.770.136	2.139.174	-17,3	2,7	3,0
REINO UNIDO	1.715.107	1.946.958	-11,9	2,6	2,7
HONG KONG	1.708.728	1.623.616	5,2	2,6	2,3
VENEZUELA	1.582.794	2.426.212	-34,8	2,4	3,4
ESPAÑHA	1.573.379	2.270.987	-30,7	2,4	3,2
ARABIA SAUDITA	1.504.874	1.431.746	5,1	2,3	2,0
COREIA,REP.SUL	1.304.519	1.018.974	28,0	2,0	1,4
EMIR.ARABES UN.	1.144.236	763.890	49,8	1,8	1,1
IRA REP.ISL.DO	1.112.675	927.438	20,0	1,7	1,3
ARGENTINA	982.164	1.317.292	-25,4	1,5	1,8
TAILANDIA	809.900	905.347	-10,5	1,3	1,3
DEMAIS PAÍSES	17.912.763	18.951.007	-5,5	27,7	26,4
<b>TOTAL</b>	<b>64.755.631</b>	<b>71.806.467</b>	<b>-9,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

### Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

#### VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO 20 - AGRICULTURA 2005 A 2009 (EM R\$ MILHÕES)

AGRICULTURA	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
ORÇAMENTO FISCAL	4.802	5.226	5.393	5.857	8.280	29.558
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	62	65	70	81	83	361
<b>TOTAL</b>	<b>4.864</b>	<b>5.290</b>	<b>5.463</b>	<b>5.938</b>	<b>8.363</b>	<b>29.918</b>



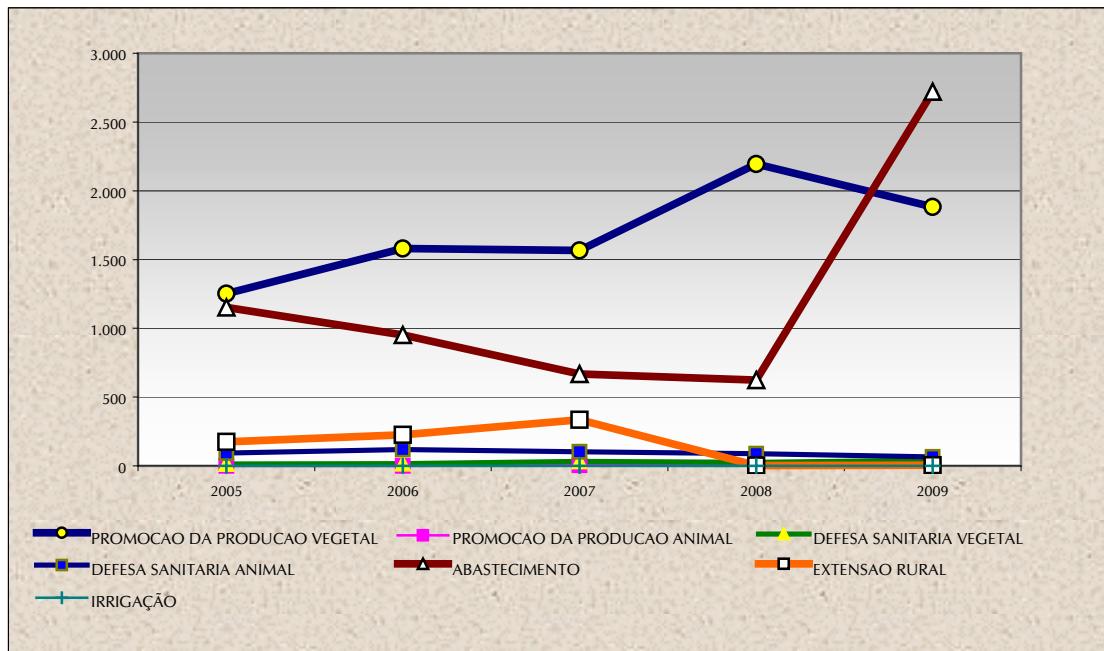
### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009 (EM R\$ MILHÓES)

SUBFUNÇÃO	POR SUBFUNÇÃO		OUTRAS SUBFUNÇÕES		TOTAL	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
<b>SUBFUNÇÕES TÍPICAS</b>						
601 - Promoção da Produção Vegetal	8.475	28,33	10	1,11	8.485	27,54
602 - Promoção da Produção Animal	9	0,03	0	0,00	9	0,03
603 - Defesa Sanitária Vegetal	131	0,44	0	0,00	131	0,43
604 - Defesa Sanitária Animal	468	1,57	0	0,00	468	1,52
605 - Abastecimento	6.116	20,44	820	91,42	6.936	22,51
606 - Extensão Rural	740	2,47	67	7,47	807	2,62
607 - Irrigação	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>	<b>13.978</b>	<b>46,72</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>13.978</b>	<b>45,36</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.918</b>	<b>100,00</b>	<b>897</b>	<b>100,00</b>	<b>30.815</b>	<b>100,00</b>

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2005 A 2009 (EM R\$ MILHÓES)

AGRICULTURA - SUBFUNÇÕES TÍPICAS	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
601 - Promoção da Produção Vegetal	1.251	1.580	1.566	2.195	1.883	8.475
602 - Promoção da Produção Animal	1	0	4	4	0	9
603 - Defesa Sanitária Vegetal	14	16	33	25	43	131
604 - Defesa Sanitária Animal	92	119	103	89	65	468
605 - Abastecimento	1.152	951	668	624	2.721	6.116
606 - Extensão Rural	174	225	335	2	4	740
607 - Irrigação	0	0	0	0	0	0
<b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>	<b>2.180</b>	<b>2.398</b>	<b>2.754</b>	<b>2.999</b>	<b>3.647</b>	<b>13.978</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.864</b>	<b>5.290</b>	<b>5.463</b>	<b>5.938</b>	<b>8.363</b>	<b>29.918</b>

### VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005 A 2009 (R\$ MILHÕES)



Em virtude da função ser o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação da Instituição e as subfunções evidenciarem essas áreas, destacamos as variações mais significativas:

A subfunção 601 - Promoção da Produção Vegetal é constituída em 97,11% pela ação 0012 - Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização

do Café - cujos recursos são oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE). Em 2009, houve um decréscimo nas aplicações face à grave crise do setor, que não permitiu aos produtores saldar os seus compromissos, havendo uma renegociação dos débitos, reduzindo, dessa forma, a disponibilização de recursos para concessão de novos financiamentos.

A subfunção 605 - Abastecimento é constituída em 97,86% pela ação 2130 - Formação de Estoques Públicos - PGPM. Em 2009, considerando a crise internacional, a descapitalização dos produtores e a elevação nos custos dos insumos agrícolas, levaram o governo a intervir no mercado com maior intensidade, visando manter os preços mínimos definidos no Plano Agrícola

### **Indicadores Utilizados na Avaliação**

Os Objetivos Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no PPA 2008-2011, coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico da instituição: Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos; Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; Garantir a Segurança Alimentar e Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.

#### **Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos**

Os principais produtos responsáveis pelo aumento no indicador entre 2007 e 2008 foram o couro e as madeiras, que apesar de terem registrado queda na quantidade produzida em 2009, tiveram o valor da produção compensado pela valorização do produto. Além desses, o algodão e outras fibras também apresentaram queda na quantidade produzida e foram os únicos produtos a contribuir negativamente para a formação do índice, pois o preço não compensou a queda na produção. Ainda não se consolidaram os dados oficiais do ano de 2009. Entretanto, sabe-se que o valor da borracha deverá ser menor, pois os preços ficaram bem abaixo daqueles registrados em 2008. O mesmo aconteceu com o algodão. No período 2007/2009 foram aferidos os índices a seguir especificados: Os valores do indicador de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Índice composto da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos	121	139	n/d

Fonte: IBGE  
n/d – não disponível

#### **Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética**

A taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira ultrapassou a meta estabelecida para 2007; somente a cana-de-açúcar e as florestas energéticas corresponderam a 27,9% (Balanço Energético Nacional 2008-EPE). Com base na análise da evolução do índice, verifica-se a tendência de aumento da participação da agroenergia na matriz energética, dando continuidade à dinâmica de superação de metas. Isso se deve em parte ao crescimento na produção e consumo de etanol e biodiesel, bem como em função dos recentes leilões de reserva da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, dos quais só participaram as empresas geradoras de energia que utilizam fontes renováveis para a geração de energia

(importante lembrar que o último leilão destinou-se à energia eólica, desconsiderada no caso, embora seja renovável). A superação da meta estabelecida para a participação do biodiesel na matriz energética se deve também a mudanças legais. De acordo com a Lei nº 11.097/05, o biodiesel deveria ter 2% de participação no ano de 2008 e 5% para 2013, com possibilidade de antecipação dessa meta para 2010. Entretanto, esta exigência foi elevada a 3% a partir de julho de 2008 e para 4% em julho de 2009.

Os valores do indicador de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira	31,1%	31,5%	n/d

Fonte: Balanço Energético Nacional 2008-EPE

n/d – não disponível – estimativa da informação julho de 2010

#### **Garantir a Segurança Alimentar**

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Volume de Produção Agropecuária per capita e Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal.

O índice consolidado do Volume de Produção Agropecuária per capita em 2008 foi de 1.026 kg per capita, frente a 968 kg apurados em 2007. A produção de alimentos foi maior em 2008 que em 2007, principalmente, pelo aumento da safra de grãos, que cresceu 13,0%, enquanto as carnes e os hortifrutis registraram aumento, respectivamente, 2,1% e 2,5% na produção. Em 2009, o índice apurado foi de 991 kg per capita em função da menor safra de milho e soja. Para 2010, estima-se que o índice será mantido no mesmo patamar de 2009.

O índice de conformidade dos produtos de origem vegetal apresentou valor bem acima do previsto (0,80/0,68), especialmente pelo esforço no cumprimento da programação de inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas e das discussões com o setor produtivo sobre legislação da qualidade vegetal, notadamente os padrões oficiais de classificação.

O indicador de conformidade dos produtos de origem animal também ficou acima da meta (0,82/0,79). A melhoria do gerenciamento levou ao incremento qualitativo e quantitativo das ações fiscais, exigindo maior efetividade no controle de qualidade por parte das indústrias. Os valores dos indicadores de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Volume de produção agropecuária per capita (kg)	968	1.026	991
Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal	0,76	0,73	0,81

Fonte: SPA e SDA/MAPA

## **Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio**

No ano de 2009, o PIB do agronegócio brasileiro teve uma previsão de queda da ordem de 5,18% (fonte: CEPEA/ESALQ/USP), o que refletiu o desempenho negativo de todos os setores componentes do agronegócio brasileiro. O segmento de insumos foi o que sofreu maior queda, tanto nos preços quanto nos volumes produzidos. Em 2009, o valor das exportações do agronegócio diminuiu 9,8%, totalizando US\$ 64,7 bilhões. A retração das exportações em 9,8% ocorreu em função da redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. O volume exportado em 2009 resultou do comportamento heterogêneo na quantidade dos principais produtos exportados.

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Variação do PIB do Agronegócio e Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio, cujos valores foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Variação do PIB do agronegócio	7,89%	6,77%	-5,18%*
Variação do valor da exportação de produtos do agronegócio	18,2 %	22,9 %	-9,8%

Fonte: MDIC e SRI/MAPA / \*Dado estimado

## **Análise dos Programas Estruturantes**

### **Abastecimento Agroalimentar**

O programa contribui para a implementação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio, financiamento, crédito rural e garantia da produção, de preços e renda ao produtor rural, da comercialização, do armazenamento, da manutenção de estoques públicos para a regularidade do abastecimento interno, equilibrando os preços ao consumidor e garantindo a segurança alimentar da população.

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de orientar o financiamento do custeio/comercialização da produção agropecuária e do investimento no setor por meio de concessão de crédito rural. Em 2009 foram concedidos créditos da ordem de R\$ 46,2 bilhões, contemplando 1.544.828 contratos, por intermédio do Banco do Brasil (R\$ 41,7 bilhões), Banco da Amazônia (R\$ 0,5 bilhões) e Banco do Nordeste (R\$ 4,0 bilhões) e, ainda, o Banco do Brasil, fortaleceu o sistema cooperativista, incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária, mediante a aplicação de R\$ 2,6 bilhões, alcançando 756 contratos.

### **Evolução do Crédito Rural e do Volume da Safra em Grãos**

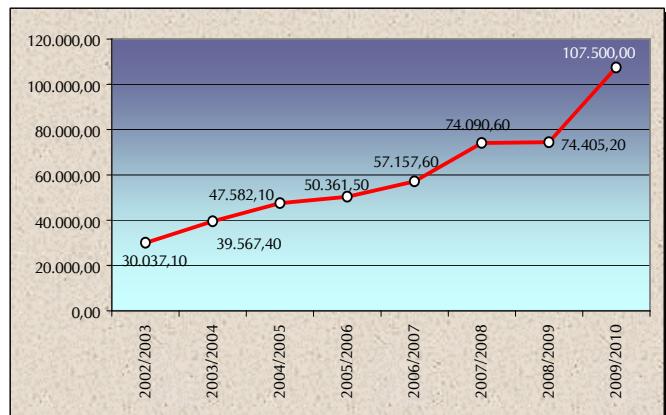
#### **BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL E PRODUÇÃO DE GRÃOS - SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010**

SAFRAS	FINANCIAMENTO RURAL <sup>(1)</sup> (R\$ MILHÕES)	PRODUÇÃO DE GRÃOS (MIL t)
2002/2003	30.037,1	123.168,0
2003/2004	39.567,4	119.114,2
2004/2005	47.582,1	114.695,0
2005/2006	50.361,5	122.530,8
2006/2007	57.157,6	131.750,6
2007/2008	74.090,6	144.137,3
2008/2009	74.405,2	135.134,5
2009/2010	107.500,0	141.346,7

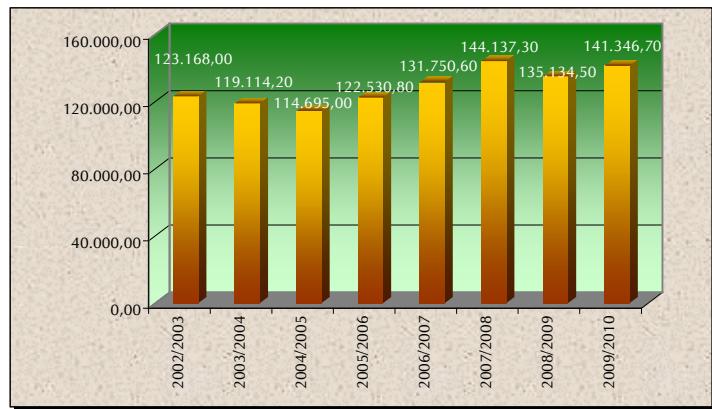
Fonte: Financiamento Rural - Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural (GACR/MAPA) e Produção / Conab.

(1) recursos aplicados, incluído Pronaf.

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DO VOLUME DA SAFRA EM GRÃOS  
BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL (INCLUSIVE PRONAF)  
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM R\$ MILHÕES)**



**BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS  
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM MIL TONELADAS)**



O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 3.801,2 milhões, tendo sido empenhados R\$ 3.369,2 milhões e liquidados R\$ 3.153,5 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são: i) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma, que apresentou um índice de 39% superior aos 22% previsto; ii) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca, que apresentou um índice de 5%, iii) Margem de Disponibilidade de Milho, que teve como índice apurado 17% superior aos 10% previsto no PPA iv) Margem de Disponibilidade de Trigo cujo índice aferido foi de 15%, bem superior aos 3% previsto; v) Produção Nacional de Grãos alcançou 141,3 milhões de toneladas compatível o previsto no PPA; vi) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários alcançou um montante de R\$ 2.876,6 bilhões superior ao inicialmente previsto vii) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos alcançou o montante de R\$ 46.161,2 bilhões superior ao previsto

#### Segurança da Sanidade na Agropecuária

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar da população e os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional, pois, na medida em

que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial. Dentre os resultados alcançados na área animal, destacam-se:

a) o reconhecimento do status de livre de febre aftosa com vacinação para 15 estados brasileiros e 1 sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); b) intensificação das ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da *Influenza Aviária* e da doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais; c) ampliação da zona livre da Peste Suína Clássica, com a inclusão do estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre já alcança 50% do território nacional e concentra cerca de 54% das propriedades que detêm 81% do rebanho suíno nacional e 93% da indústria de produtos suínos no Brasil; d) concluída a análise de risco da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como “doença da vaca louca”, cujos resultados estão sendo submetidos à apreciação da OIE, para a reclassificação do país como de “risco negligenciável” para

EEB, possibilitando a abertura de mercados para produtos de origem bovina.

Foram intensificadas as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pese as detecções da mosca-negra dos citros no estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros no estado de Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no país. Algumas ações no controle de pragas merecem destaque:

a) a nova instrução normativa sobre a praga *Greening* dos citros proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço; b) a erradicação do foco de *Cydia Pomonella*, em Bom Jesus/RS reforçou a expectativa de sua total erradicação até 2012; c) a oferta de 31 progénies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa para os produtores; e d) a implementação do processo de reconhecimento de áreas livres de Moko da bananeira. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos principais parceiros comerciais.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 180,1 milhões, tendo sido empenhado R\$ 98,5 milhões e liquidados R\$ 71,4 milhões e os indicadores utilizados para a sua avaliação são:

a) Área com Plantéis Avícolas Certificadas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola cujo número apurado foi de 1.537 estabelecimentos certificados; b) Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação, que teve como número apurado 4.944.883,46 km<sup>2</sup>; c) Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação cujo número aferido foi de 95.346,18 km<sup>2</sup>; d) Incidência Controlada da Mosca da Carambola cuja aferição indicou a existência de 5 municípios controlados; e) Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina cuja aferição indicou a existência de 129 estabelecimentos certificados; f) Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica cuja aferição indicou a ocorrência de 19 casos de peste suína no país; g) Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca cujo índice aferido foi zero concorrência; h) Número de Ocorrências de Raiva Bovina cuja aferição indicou a 1.302 ocorrências; i) Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras cujo índice aferido foi de 94%; j) Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional cujo índice aferido foi de 119%; e k) Taxa de Realização do Plano de Fiscalização Fitozoossanitário Interestadual cujo índice aferido foi de 128%.

### Minimização de Riscos no Agronegócio

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas e na renda dos produtores rurais.

O Programa visa mitigar esses fatores de riscos inerentes à atividade agropecuária, utilizando-se de diversos instrumentos, tais como: a geração e difusão de informações agro-climáticas, concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e orientações do zoneamento agrícola de risco climático.

Dentre os resultados alcançados em 2009, destacam-se a ampliação de 45 para 76 do número de culturas aptas a receber a subvenção ao prêmio do seguro rural na modalidade agrícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, situando o apoio governamental na faixa de 40 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. O limite financeiro nessa modalidade passou a ser de R\$ 96 mil. Para as modalidades de seguro rural pecuário, florestal e aquícola permaneceram o percentual de subvenção de 30% e o limite financeiro de R\$ 32 mil. A subvenção ao seguro rural proporcionou a contratação de 72 mil apólices de seguro, beneficiou 67 mil produtores, e a cobertura securitária para 6,5 milhões de hectares, garantindo capitais da ordem de R\$ 10 bilhões. O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 315,4 milhões, tendo sido empenhados R\$ 219,2 milhões e liquidados R\$ 206,4 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são:

a) Percentual de Área Segurada, que apresentou um índice de 10,6% inferior aos 21,06% previsto, em decorrência da insuficiência de limite para movimentação e empenho para atender a demanda; b) Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo, que apresentou índice de 87%, compatível com o previsto no PPA; c) Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro, que teve como índice apurado 15%; e d) Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural, cujo índice aferido foi de 49%, dos 52% previsto.

### Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

O desenvolvimento sócioeconômico depende permanentemente do desenvolvimento tecnológico. A agricultura brasileira insere-se nessa lógica e, para responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e às prováveis mudanças climáticas, necessitará de crescente oferta de tecnologias.

A pesquisa agropecuária manteve, em 2009, uma carteira de 590 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação concluídos ou em execução, cujos principais resultados são: i) A cultivar de mandioca foi lançada para a Amazônia - aipim manteiga: opção de desenvolvimento agroindustrial para a região e para o estado do Amazonas; ii) Programa de melhoramento de feijoeiro da Embrapa: com indicação de seis novas cultivares já registradas e três em fase de registro, além do desenvolvimento de nove linhagens promissoras para futuras indicações; iii) O programa de melhoramento de arroz lançou, nos últimos três anos as cultivares BRS Apinajé, direcionada aos agricultores

familiares do Pará; BRS Jaçanã, de arroz irrigado tropical, com maior resistência à brusone, para Tocantins e Mato Grosso do Sul. Há duas cultivares de terras altas em licenciamento (BRS Monarca e BRS Pepita) e 3 cultivares em fase de lançamento (BRS Tropical, para várzeas, BRSGO Serra Dourada, para Goiás e uma cultivar de arroz irrigado resistente a imidazolinona, a ser nomeada); iv) Programa de melhoramento de feijão caupi: lançou, nos últimos três anos, oito cultivares: BRS Novaera, BRS Xiquexique, BRS Tumucumaque, BRS Cauamé, BRS Pajeú, BRS Potengi, BRS Juruá e BRS Itaim, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com características superiores de arquitetura adequada à colheita mecanizada, resistência aos principais estresses abióticos, alto valor culinário, e adequadas para consumo do grão in natura ou processado; v) Desenvolvida metodologia com a ferramenta Sistema de Informações Geográficas (SIG): determinando a distribuição espacial da doença do milho, a ferrugem tropical (*physopella zae*), no Brasil em função de mudanças climáticas; vi) Desenvolvimento do capim BRS Piatã: a planta é apropriada para solos de média fertilidade, tolera solos mal drenados, produz forragem de boa qualidade e acumulação de folhas, possui colmos finos o que favorece melhor aproveitamento pelo animal, é resistente ao ataque de cigarrinhas-das-pastagens e destaca-se pelo elevado valor nutritivo e alta taxa de crescimento e rebrota; vii) Clone de Caju Embrapa 51: lançado para o plantio comercial, em cultivo de sequeiro, no Ceará. Pelas características, esse clone é recomendado para a exploração da castanha. A produtividade média de castanha, em regime de sequeiro, no sexto ano de produção, é de 1.255,6 kg/ha, superior à testemunha (CCP 76) em cerca de 370%; e viii) Produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania: o processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, à preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sóciocultural para as comunidades, culminando com a preservação e a valorização do espaço rural.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 399,8 milhões, tendo sido empenhados R\$ 386,0 milhões e liquidados R\$ 185,2 milhões.

Os indicadores utilizados para a avaliação do programa são: Carteira de Projetos Financiados Voltados à Sustentabilidade do Agronegócio cujo índice apurado foi de 100% do previsto para o ano e Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa que apresentou um índice de 108% do previsto.

### **Desenvolvimento da Agroenergia**

O Programa visa ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva, tendo como público-alvo produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa,

consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Para fortalecer a competitividade do setor, foi publicado o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira em território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável do complexo sucroalcooleiro, fundamental para a consolidação da posição de liderança exercida pelo Brasil nesse mercado.

Em decorrência da crise financeira do setor, em 2009 foi reativado o sistema de financiamento à estocagem de álcool, com recursos do BNDES e do Banco do Brasil, no valor de R\$ 2,3 bilhões.

Foi dada continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao Acompanhamento Brasileiro da Safra de cana-de-açúcar, feito nas regiões produtoras do país, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque a realização do segundo Ethanol Week, curso destinado a estrangeiros, do qual participaram 48 representantes de 20 países. O curso foi realizado em Ribeirão Preto/SP, com a colaboração da Universidade Federal de São Carlos.

Dentro da estratégia de transformar os biocombustíveis em *commodities* dois importantes passos foram dados. O primeiro foi a realização da primeira rodada de workshops no continente africano, para apresentar a experiência brasileira com o zoneamento agroecológico, instrumento fundamental para aumentar a eficiência produtiva da agricultura. Os técnicos do Ministério da Agricultura, Embrapa, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Ministério de Relações Exteriores visitaram sete países (África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), mostrando que a experiência brasileira em harmonizar a produção de biocombustíveis com a de alimentos também é acessível a eles.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) sobretudo com pinhão manso e inajá, visando diversificar as oleaginosas passíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel e, também, difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e da competitividade do biodiesel.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 35,4 milhões, tendo sido empenhados R\$ 29,4 milhões e liquidados R\$ 22,4 milhões.

O indicador utilizado para a avaliação do programa é: "Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional" elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE cujo índice tem uma expectativa de alcançar 31% (a ser confirmado em julho de 2010).